

ÍNDICE

- 7 Apresentação
- 11 A volúvel História
HELEDER MACEDO
- 19 *Fake news and the transformation of public discourse: a study from Turkey*
BAHAR ŞAHINSOY
- 39 Silvio Berlusconi: a sedução populista, o consenso e a “língua dos afectos”
GASPARI TRAPANI
- 55 *Rolling Thunder Revue: verdade e mentira no documentário de Martin Scorsese sobre Bob Dylan*
LUÍS CARLOS S. BRANCO
- 75 You’re cancelled! A brief analysis of traditional media information vs online cancel culture
NOÉMIA BÁRBARA | MÓNICA DIAS
- 99 Sete não ditos sobre migração internacional no espaço público francês
SARAH OLIVEIRA CARNEIRO
- 115 Da escrita enquanto prática de resistência aos discursos hegemônicos: um olhar a partir dos estudos culturais
FRANCISCO WELLINGTON DE SOUSA BARBOSA JUNIOR
MARIA MANUEL ROCHA TEIXEIRA BAPTISTA
- 133 Ousar desafiar o *statu quo*: Marcuse e as palavras de ordem do movimento estudantil de 1968
INÊS GAMELAS
- 153 As tabernas no Estado Novo como espaço transformador de indizível em dizível
ANTÓNIO PERNAS

- 169 O casmurro português de Teolinda Gersão em *A cidade de Ulisses*
AUDREY CASTAÑÓN DE MATTOS
- 187 A censura em *Dinossauro Excelentíssimo* (1972), de José Cardoso Pires
DANIELA CÔRTEZ MADURO
- 205 Oralidade e resistência no romance *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa
EDUARDO IVÁN VIVEROS MORALES
- 227 Como se diz o indizível? O tabu da morte na Língua Portuguesa
MAFALDA FRADE
- 259 Os autores

APRESENTAÇÃO

Quando, no seu conhecido ensaio “Cultural Criticism and Society” (1951), Theodor Adorno assume que, depois de Auschwitz, a poesia deixaria de ser possível (“to write poetry after Auschwitz is barbaric” [Adorno, 1983 [1951], p. 34]), a controvérsia gerada pelo referido *dictum* do filósofo alemão parece ter negligenciado a razão maior da sugerida impossibilidade que, em realidade, o autor não chegou nunca a designar como tal: a poesia não passou a ser impossível por ter deixado de ser possível escrevê-la, mas porque o admissível exercício da sua verbalização não deixaria de corresponder a um gesto bárbaro, pelo que nele haveria de ardilosa estetização de um horror tornado naturalmente irrepresentável pelo desígnio formal da palavra. Deste modo, longe de pretender impor o silenciamento da poesia enquanto forma privilegiada de comunicação, Adorno, socorrendo-se para o efeito da radicalidade expressiva do poema, trata de expor à luz da nossa consciência crítica a congénita insuficiência da linguagem para promover a dizibilidade plena do real, insuficiência essa que, por outro lado, não deixa igualmente de se produzir por via da suscetibilidade ética das palavras.

Ora o ato de silenciamento (que decorre de uma gestão política do silêncio, a que Adorno de facto não fez apelo) e o movimento de retração do dizer, decorrente este de um desempenho verbal consciente da sua própria insuficiência ou mesmo eticamente suscetível, correspondem a procedimentos de natureza bem distinta, como se depreende das considerações expendidas pela investigadora brasileira Eni Puccinelli Orlandi (entre outros autores que têm sabido pensar estas questões), a propósito dos muitos *não-ditos* que sustentam o nosso dizer comum:

Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante, (...) aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar. (Orlandi, 2002, pp. 23-24)

Pelo contrário, a política do silêncio – entendida, portanto, como forma de poder – institui procedimentos como a interdição do dizer, de que a retórica do poder se tem ocasionalmente servido enquanto dispositivo de implementação da censura. Sucedem que o gesto censório, como bem observa Orlandi, não corresponde ao reconhecimento individual da existência de certos sentidos cuja verbalização se assume como proibida, porquanto é certo que este particular mecanismo interditivo progride no contexto de um processo desenvolvido pela História. A censura consiste, pois, num processo de silenciamento que reprime a liberdade de movimento do sujeito no percurso dos sentidos, perturbando *ipso facto* o desenvolvimento da sua própria identidade, como alerta a linguista brasileira com inegável pertinência:

ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível do discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o lugar que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito. (*Ibidem*, p. 81)

Alguns dos ensaios que integram o presente volume procuram justamente dilucidar o modo como a censura consubstancia um expediente discursivo assente na traição das palavras, esse modo sempre oblíquo de estabelecer a circulação dos sujeitos no movimento discursivo do sentido. Helder Macedo, por exemplo, inspirando-se no princípio de volubilidade da História colhido em Machado de Assis, reflete sobre os conceitos de verosimilhança e de verdade (ou de versão e facto), para concluir que a verosimilhança da História não pode nunca deixar de ser ideológica, equiparando o princípio de contrainformação instituído pela retórica política de Trump a um dispositivo discursivo eminentemente censório.

Por seu turno, Noémia Bárbara e Mónica Dias mostram como, na era da pós-verdade que parece ser a nossa, os factos que anteriormente procuravam sustentar o discurso da opinião pública foram substituídos pela volatilidade das emoções ou das crenças pessoais, que veio auxiliar a instituição do fenómeno da *online cancel culture*, com óbvias remissões para o universo das *fake news* de que se ocupam tanto Gaspari Trapani como Bahar Şahinsoy. Em realidade, a prevalência, no discurso público, dos códigos emocionais sobre os racionais transforma a mentira e mesmo a vacuidade discursiva numa estratégia argumentativa comum, como tão bem ilustra a retórica de Trump e de Berlusconi evocadas nos textos de Şahinsoy e Trapani.

Numa outra ordem de ideias, Daniela Côrtes Maduro empreende uma justa e iluminadora análise da fábula satírica *Dinossauro Excelentíssimo* (1972), de José Cardoso Pires, com particular enfoque no fenómeno da censura nela representado, essa *câmara de torturar palavras* em palavras do próprio José Cardoso Pires. Por último, Luís Carlos Branco, a propósito de *Rolling Thunder Revue*, ajuíza sobre a ficcionalização da lógica do documentário produzida por Martin Scorsese a propósito da célebre turné de Bob Dylan, em 1975.

No entanto, é igualmente certo que “em face dessa sua dimensão política”, o silêncio é passível de ser considerado “tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (Orlandi, 2002, p. 31). Estas palavras de Eni Puccinelli dirigem a nossa atenção para a ingente mobilidade das palavras censuradas, as quais, encontrando-se impossibilitadas de significar num determinado lugar, mudam inevitavelmente de direção para poderem significar mais além. Num contexto de censura político-social, as palavras silenciadas conseguem impor o seu dizer por entre as restrições enunciativas que lhes são impostas. Em face da resistência à interdição instala-se, assim, uma política alternativa do sentido no interdiscurso político-social, de modo a fazer significar o que, num determinado contexto, lhe é proibido significar. Consequentemente, pelo menos em alguns casos, a interdição do dizer não gera obrigatoriamente o silenciamento sem mais, mas o desvio do dizer de um contexto eminentemente desfavorável para outro que permita a significação e a livre circulação do sentido: “o sentido não para, ele muda de caminho” (*Ibidem*, p. 13), assegurando assim o princípio do movimento que subjaz à constituição de qualquer formulação discursiva.

Ainda que de modo distinto, os textos de Inês Gamelas, Eduardo Morales e António Pernas, bem como o de Francisco Wellington e Maria Manuel Baptista dão conta desta retórica de resistência que normalmente se desenvolve na sequência de processos discursivos notoriamente censórios ou hegemónicos. E se Inês Gamelas entendeu ocupar-se do estudo das palavras de ordem (ou de resistência) que, no quadro do movimento estudantil de 1968, procuravam instituir uma nova ordem política na Europa do ocidente, António Pernas pretendeu analisar de que modo, em pleno Estado Novo, o espaço social da taberna era (ou não) propício à discussão das notícias filtradas pela censura. Francisco Wellington e Maria Manuel Baptista, por seu lado, desenvolveram uma análise dos chamados discursos hegemónicos, procurando colocar em relevo o processo de catequização política das massas por eles empreendido. Por último, Eduardo Morales problematiza no seu texto os meandros

da retórica da resistência no particular contexto do romance *Ualalapi* (1987), de *Ungulani Ba Ka Khosa*.

Num sentido mais consentâneo ao de insuficiência e de suscetibilidade ética da linguagem, que não raro se socorre da operacionalização de expedientes discursivos como o *implícito* ou o *não-dito*, as considerações de Mafalda Frade acolhem uma aturada análise do tabu da morte na língua portuguesa, quer dizer, do seu silenciamiento através de um processo de *eufemização*, em oblíquo paralelo com o estudo de Sarah Oliveira Carneiro, que entendeu ocupar-se do ajuizamento sobre os *não-ditos* no discurso jornalístico sobre o fenómeno da migração em França. Audrey Castañón de Mattos, por último, desenvolve uma esclarecedora análise sobre a relevância assumida pela sonegação de certas informações empreendida pelo narrador do romance *A cidade de Ulisses* (2011), de Teolinda Gersão, enquanto forma de captação da benevolência do leitor, procurando assim o referido narrador promover nos seus leitores uma imagem assente na figura de uma certa eufemização diegética, sem necessidade de recorrer, para o efeito, ao corpo explícito da palavra.

Os ensaios que integram o presente volume tiveram a sua origem nas intervenções realizadas pelos seus autores no *Congresso Internacional Palavras traiçoeiras: fake news, censura e o indizível*, que decorreu no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro entre 23 e 25 de outubro de 2019.

A todos eles agradecemos a generosa contribuição.

Aveiro, fevereiro de 2022

Os Coordenadores

Referências bibliográficas

- Adorno, T. W. (1983 [1951]). Cultural Criticism and Society. In *Prisms* (pp. 17–34). Cambridge, MA: MIT Press.
- Orlandi, E. P. (2002). *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. 5.ª ed. Campinas: Unicamp.